

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.790 - MG (2019/0299147-6)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : CONRADO DE ASSIS PEREIRA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por CONRADO DE ASSIS PEREIRA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais proferido no HC n.º 1.0000.19.085818-3/000.

Consta dos autos que o Recorrente foi preso em flagrante delito no dia 04/07/2019, pela suposta prática do crime de tráfico ilícito de drogas, com **5 (cinco) porções de maconha, com peso de 103,60 gramas; 33 (trinta e três) microtubos e 7 (sete) papелotes de cocaína, com peso de 36,30 gramas; e 12 (doze) invólucros de crack, com peso de 6,80 gramas.**

Irresignada com a decisão que converteu a prisão em flagrante em preventiva, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte de origem, que denegou a ordem.

Nas razões recursais, alega-se, em síntese, que não se encontram presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva e que o decreto prisional carece de fundamentação idônea.

Sustenta-se, ainda, que o Recorrente é primário, possui bons antecedentes e residência fixa.

Argumenta-se, por fim, ser cabível a substituição da custódia por medidas cautelares diversas.

Requer-se, em liminar e no mérito, a expedição de alvará de soltura em favor do Recorrente.

É o relatório. Decido.

Na hipótese dos autos, verifico, em juízo prelibatório, a existência de ilegalidade apta a ensejar o deferimento da liminar pretendida.

O Juízo de primeiro grau converteu a prisão em flagrante do Recorrente em preventiva mediante os fundamentos a seguir transcritos (fls. 30-31):

Superior Tribunal de Justiça

"VISTOS. 1. Não vislumbrando ilegalidade ou irregularidade formais, presentes os requisitos elencados pelo artigo 304 do CPP, HOMOLOGO o presente Auto de Prisão em Flagrante. 2. Trata-se de comunicação de prisão em flagrante, 04/07/2019 do autuado, pela prática do art. 33 da lei 11.343/06, não comportando qualquer benefício por tratar-se de crime hediondo. Apesar de ser o acusado primário, não há nem mesmo comprovação de qualquer ocupação lícita e residência fixa. Ante o exposto, nos termos dos artigos 310, 312 e 313, I, do CPP, CONVERTO A PRISÃO EM FLAGRANTE EM PRISÃO PREVENTIVA DO AUTUADO CONRADO DE ASSIS PEREIRA."

Como se observa da decisão supratranscrita, a Magistrada de primeiro grau, referendada pela Corte de origem, decretou a prisão preventiva do Recorrente com base em fundamentação genérica, pois não apontou elementos concretos extraídos dos autos que justificassem a necessidade da custódia, a qual está amparada tão somente na gravidade abstrata do delito de tráfico de drogas.

A prisão preventiva, para ser legítima à luz da sistemática constitucional, exige que o Magistrado, sempre mediante fundamentos concretos extraídos de elementos constantes dos autos (arts. 5.º, LXI, LXV e LXVI, e 93, inciso IX, da Constituição da República), demonstre a existência de prova da materialidade do crime e de indícios suficientes de autoria delitiva (*fumus comissi delicti*), bem como o preenchimento de ao menos um dos requisitos autorizativos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, no sentido de que o réu, solto, irá perturbar ou colocar em perigo (*periculum libertatis*) a ordem pública, a ordem econômica, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal.

Além disso, de acordo com a microrreforma processual procedida pela Lei n.º 12.403/2011 e com os princípios da excepcionalidade (art. 282, § 4.º, parte final, e § 6.º, do CPP), provisionalidade (art. 316 do CPP) e proporcionalidade (arts. 282, incisos I e II, e 310, inciso II, parte final, do CPP), a prisão preventiva há de ser medida necessária e adequada aos propósitos cautelares a que serve, não devendo ser decretada ou mantida caso intervenções estatais menos invasivas à liberdade individual, enumeradas no art. 319 do CPP, mostrem-se, por si sós, suficientes ao acautelamento do processo e/ou da sociedade.

No que diz respeito especificamente ao tráfico de drogas, não obstante seja legítima, em termos de política criminal, a preocupação com o seu alastramento na sociedade, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça orienta-se no sentido de que

Superior Tribunal de Justiça

fundamentos vagos, aproveitáveis em qualquer outro processo, como o de que se trata de delito ligado à desestabilização de relações familiares ou o de que se trata de crime que causa temor, insegurança e repúdio social, não são idôneos para justificar a decretação de prisão preventiva, porque **nada dizem acerca da real periculosidade do agente**, que só pode ser decifrada à luz de elementos concretos constantes dos autos.

Ressalte-se que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento do HC 84.078/MG, Rel. Ministro EROS GRAU, decidiu que a custódia cautelar **só pode ser implementada se devidamente fundamentada**, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal. A referida orientação deve ser adotada por todos os Tribunais Pátrios, como forma de se tornar mais substancial o princípio constitucional da presunção de inocência.

Ante o exposto, DEFIRO o pedido liminar para determinar, até o julgamento final do recurso, a soltura do Recorrente, se por outro motivo não estiver preso, advertindo-o da necessidade de permanecer no distrito da culpa e atender aos chamamentos judiciais, sem prejuízo de nova decretação de prisão provisória por fato superveniente, a demonstrar a necessidade da medida, ou da fixação de medidas cautelares alternativas (art. 319 do Código de Processo Penal), desde que de forma fundamentada.

Oficie-se, com urgência, ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e ao Juízo de primeira instância, encaminhando-lhes cópia da presente decisão.

Requisitem-se as informações do Juízo de primeira instância e do Tribunal de origem, mormente sobre o andamento do feito, bem como a respectiva senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica da Corte requeira a sua utilização.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora